

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	19
---	-----------

Capítulo 1

INTRODUÇÃO.....	21
------------------------	-----------

Capítulo 2

BASES HISTÓRICAS FUNDAMENTAIS.....	25
---	-----------

2.1. Por que estudar a história do <i>amicus curiae</i> ?	25
2.2. A origem do <i>amicus curiae</i> (Direito Romano)	26
2.3. Uma segunda origem: Inglaterra (Direito anglo-saxão)	29
2.4. A chegada e estabelecimento nos EUA: mudança de rumos.....	35
2.4.1. O interesse público como fator predominante.....	37
2.4.2. O surgimento do interesse privado.....	43
2.4.3. <i>Amicus curiae</i> e inovação temática	48
2.4.4. Resumo da situação do <i>amicus curiae</i> no Direito americano	50
2.5. O contexto europeu.....	56
2.5.1. Itália	59
2.5.2. Portugal	64
2.5.3. Breve análise comparativa.....	70

Capítulo 3

OS TIPOS DE <i>AMICUS CURIAE</i> DESENVOLVIDOS NO MUNDO.....	73
---	-----------

3.1. Ausência de uniformidade	73
3.2. O clássico <i>amicus curiae</i>	74
3.3. O <i>amicus curiae</i> parcial.....	81

3.4. O <i>amicus curiae</i> democrático.....	88
3.5. A criação de uma nova modalidade de participação.....	94
3.6. O núcleo essencial das diversas formas de <i>amicus curiae</i>	97

Capítulo 4

O AMICUS CURIAE NO BRASIL **103**

4.1. Os primeiros passos	103
4.2. Leis esparsas: CVM, INPI, CADE e OAB	106
4.3. Figuras similares e a confusão terminológica.....	114
4.3.1. <i>Amicus curiae</i> x assistência	119
4.3.2. <i>Amicus curiae</i> x perito	123
4.4. O estabelecimento no processo constitucional.....	124
4.5. O art. 138 do Código de Processo Civil de 2015.....	131
4.6. A amplitude da participação no CPC/15	138
4.7. O <i>amicus curiae</i> é um terceiro?.....	144
4.8. A concepção da doutrina brasileira	149

Capítulo 5

A FUNÇÃO DO AMICUS CURIAE NO PROCESSO CIVIL E CONSTITUCIONAL MODERNO... **155**

5.1. Pequeno introito	155
5.2. Contraditório participativo qualificado	156
5.3. Tipos de interesses perseguidos nos Tribunais brasileiros.....	161
5.4. O <i>amicus curiae</i> na Suprema Corte americana.....	167
5.5. A efetividade da participação.....	174
5.6. Proliferação prejudicial.....	178

Capítulo 6

A PARTICIPAÇÃO DO AMICUS CURIAE NOS TRIBUNAIS SUPERIORES..... **189**

6.1. Recorte metodológico: STF.....	189
6.2. O tratamento conferido pelos tribunais e a democratização do processo... ..	191
6.3. O <i>amicus curiae</i> no Supremo Tribunal Federal	196
6.4. O <i>amicus curiae</i> no Superior Tribunal de Justiça	202
6.5. Dados empíricos da participação de <i>amici curiae</i> no STF	209
6.5.1. Sobre a pesquisa realizada.....	209
6.5.2. Resultados obtidos	214

6.5.2.1. Recursos Extraordinários com repercussão geral reconhecida..	217
6.5.2.2. Ações Diretas de Inconstitucionalidade	244
6.6. Algumas especificidades casuísticas	262
6.7. O distanciamento de sua função primordial	268

Capítulo 7

UMA PROPOSTA DE APRIMORAMENTO	273
7.1. Problemas diagnosticados: uma síntese	273
7.2. Retroceder para avançar	279
7.3. Sugestões objetivas	286
7.3.1. Vedação a pedido processual	288
7.3.2. Equilíbrio entre os polos processuais e as teses defendidas.....	291
7.3.3. Sustentação oral por tese	294
7.3.4. Limitação do número de páginas ou palavras.....	298
7.3.5. Resumo da tese	302
7.3.6. Transcendência do interesse pessoal	304
7.3.7. Questões jurídicas e fáticas não trazidas pelas partes	308
7.3.8. Incentivo à participação conjunta de interessados	311
7.3.9. Potencial de influência na decisão. Filtro na admissão.....	315
7.3.10. Desentranhamento e exclusão dos registros.....	319
7.3.11. Regulamentação mais detalhada	320
CONCLUSÃO.....	327
REFERÊNCIAS	331